

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS DA NATUREZA**

**PEDRO EDUARDO KIEKOW**

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E  
A EDUCAÇÃO KILOMBOLA:  
início de uma proposta de uma Educação do Campo Kilombola**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

Porto Alegre  
2020

PEDRO EDUARDO KIEKOW

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E  
A EDUCAÇÃO KILOMBOLA:  
início de uma proposta de uma Educação do Campo Kilombola**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Educação do Campo – Ciências da Natureza Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciada em Educação do Campo em Ciências da Natureza.

Orientadora: Profa. Dra. Conceição Paludo

Porto Alegre  
1º semestre  
2020

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos e todas que me auxiliaram na minha jornada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, pelos conhecimentos compartilhados e incentivos nesta jornada. Em especial a todas as Yás, Baba, O-mades e pitocos da Comunidade Kilombola Morada da Paz porque foi com eles que cheguei até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que fazem parte da minha vida pois têm minha gratidão e amor, pela paciência e solidariedade.

Agradeço à minha mãe por me apoiar sempre, especialmente na minha trajetória no curso e me motivar a continuar estudando e buscando o conhecimento para mudar o mundo. Sou grato por ela me ajudar a compreender o curso e o mundo acadêmico e pela paciência quando pensei em desistir e com muita calma conversou comigo nesse momento delicado e me mostrou que devemos sempre resistir, insistir, persistir e existir plenamente.

Agradeço aos meus avós e ao meu pai, que estão sempre ao meu lado, me apoiando e sempre me ajudaram em todos os problemas que encontrei na minha caminhada e me motivaram a continuar e nunca desistir.

Agradeço a meus irmãos e a minha irmã pelo amor compartilhado e por sempre estarem ao meu lado quando precisava.

Agradeço à minha orientadora por manter sempre a calma e me orientar com muita paciência e sabedoria.

Agradeço aos meus amigos e amigas, em particular Mozar, Bruna e Rodrigo que estiveram e estão presentes todas as horas.

Agradeço a meus amigos e minhas amigas, que conheci na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente, Andréia, Bruna, Caio, Eduardo e Maíra. Se não fossem por eles talvez eu não conseguiria completar o curso, pois foi com o apoio deles que encontrei ânimo para finalizar essa trajetória. Não cabe em palavras a importância deles na minha trajetória.

Agradeço em especial a Yashodhan que me acolheu e que abriu a porta da sua casa e da sua família para mim. Já é a pessoa pela qual mais tenho carinho e respeito nesta universidade, pois foi com ela que pude viver uma nova realidade, conhecer uma linda comunidade e aprender muitas coisas que levarei comigo por toda minha vida.

Agradeço à Comunidade Morada da Paz que me recebeu de braços e corações abertos e onde tive a melhor experiência de estágio e aprendizado. Obrigado Yabacê por me permitir vivenciar a Pedagogia do Encantamento junto com os pitocos.

Agradeço ao Coletivo de Pesquisadoras e Pesquisadores Kilombolas OKARAN, em especial ao Baogan, Yamoro e Opá-Tenode pelas tardes de estudos e pelas vivências compartilhadas.

Agradeço ao Coletivo de Cantantes e Brincantes É do Campo por me introduzir na cultura popular, nas cirandas e nos orins.

Agradeço aos alunos e alunas e aos docentes e comunidade escolar onde realizei meu estágio em São Leopoldo.

Agradeço às minhas colegas da Educação do Campo que me ensinaram sobre o feminismo, o machismo e o racismo estrutural e me mostraram caminhos para enfrentar esses desafios e me reeducar.

Agradeço aos meus professores de Ciências da Natureza, Prof. José Vicente Lima Robaina, Marilisa Bialvo Hoffmann e Saul Benhur Schirmer por terem colaborado pelo meu aprendizado e me orientarem nos meus estágios.

Agradeço a quem comigo leu, debateu, bebeu, riu, chorou, brigou e se reconciliou comigo nessa caminhada acadêmica.

Por fim, espero que possa reencontrar cada pessoa que conheci na universidade e tomar um café no Antônio ou fazer um churrasco e lembrar dos bons e maus momentos que constituíram essa trajetória acadêmica comum e as novas experiências que vierem depois dela.

Ago Ye Mojuba.

Peço licença a todos e todas que vão ler esse texto, aos mais novos e aos mais velhos, às Yás, à Mãe Preta e todas as entidades que protegem o Território.

Peço meu Axé de fala (e de escrita): espero que leiam meu estudo com calma, amor, paciência, pois assim fiz esse texto e desejo que as próximas linhas sejam de respeito a um povo ancestral, formador da identidade brasileira e que produz cultura e conhecimentos fundamentais para o kilombo e para uma sociedade que valorize uma educação antirracista.

E eu desejo muita felicidade para você que me lê.

Axé.

Há portas que só se abrem pelo lado de dentro

Mãe Preta

## RESUMO

Este estudo de caso descreve e analisa a de descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas no meu Tempo Comunidade e aprofundado no meu estágio não-escolar e, a partir deles, ver a possibilidade de contribuir com a proposta de uma Educação do Campo Kilombola, voltada para o ensino de Ciências da Natureza. Para isso, descreve e analisa as diretrizes da Educação do Campo, da Educação Quilombola e da Educação para Relações Étnico-Raciais, a fim de articulá-las em uma proposta de Educação do Campo Kilombola. Esta proposta se fundamenta nas práticas educativas realizadas na Comunidade Kilombola Morada da Paz durante o período de Tempo Comunidade e do estágio que foram organizados a partir da pedagogia do encantamento que organiza as práticas educativas no território. Conclui-se que há conversas, diálogos que podem ser realizados entre a Educação do Campo e a Educação Quilombola, constituindo o que denominamos de Educação do Campo Kilombola caracterizada por um enraizamento profundo na história e cultura afro-brasileira, nos vários saberes, fazeres e tecnologias sociais que são produzidos no cotidiano da CoMPaz. Seus saberes e fazeres dialogam com o senso de continuidade, com a oralidade, respeitam a ancestralidade, todos aprendem com todos, desde os mais novos aos mais velhos, todos têm voz nessa hierarquia circular na qual tudo está conectado com a espiritualidade.

Palavras – chave: educação do campo; educação quilombola; educação para relações étnico-raciais; práticas educativas; ciências da natureza; espaços educativos não escolar.



## ABSTRACT

This case study describes and analyzes that of describing the pedagogical practices developed in my Time in the Community and deepened in my non-school internship and, from them, see the possibility of contributing to the proposal for an Education in the Kilombola Field, focused teaching of Natural Sciences. To this end, it describes and analyzes the guidelines of Rural Education, Quilombola Education and Education for Racial Ethnic Relations, in order to articulate them in a proposal for Education in Campo Kilombola. This proposal is based on the educational practices carried out in the Kilombola Morada da Paz Community during the Community Time period and the internship that were organized from the enchantment pedagogy that organizes the educational practices in the territory. We conclude that there are conversations, dialogues that can be carried out between the Education of the Countryside and the Quilombola Education, constituting what we call the Education of the Countryside Kilombola characterized by a deep rootedness in the Afro-Brazilian history and culture, in the various knowledges, practices and social technologies that are produced in the daily life of CoMPaz. Their knowledge and practices dialogue with the sense of continuity, with orality, respect for ancestry, everyone learns from everyone, from the youngest to the oldest, everyone has a voice in this circular hierarchy in which everything is connected with spirituality.

Keywords: countryside education; quilombola education; education for ethnic-racial relations; educational practices; natural sciences; non-school educational spaces.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Coletivo de Pesquisadoras e Pesquisadores Kilombolas OKARAN

Figura 2 – Entrada da CoMPaz em 2013

Figura 3 – Entrada da CoMPaz em 2019

Figura 4 – Localização de Triunfo(esquerda) e Montenegro(direita) no Rio Grande do Sul

Figura 5 – Cidade de Triunfo

Figura 6 – As mulheres do Território de Mãe Preta

Figura 7 – Fundadores da CoMpaz

Figura 8 – Destilador construído junto com a comunidade no estágio no espaço não-escolar

## Sumário

DEDICATÓRIA.....	2
AGRADECIMENTOS.....	3
1 INTRODUÇÃO: PRIMEIROS PASSOS.....	11
2 METODOLOGIA: ESTUDO DE CASO.....	15
3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	16
3.1 Sobre a Educação do Campo.....	16
3.2 A Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza.....	23
4 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL E A COMPAZ.....	26
4.1 Os Quilombos na Legislação.....	27
4.2 Sobre a comunidade Morada da Paz: o município de Triunfo.....	29
4.3 A comunidade Morada da Paz e a escola CoMKola: território negro feminino...32	
4.4 A Educação Quilombola e a Educação para as Relações Étnicas-Raciais.....	36
4.5 A CoMKola, a Pedagogia do Encantamento e a Educação do Campo Kilombola .....	42
5 DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO KILOMBOLA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: O ESTÁGIO NÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO DO CAMPO KILOMBOLA.....	45
5.1 O Estágio.....	45
5.2 Educação Kilombola e a Educação do Campo: a Educação do Campo Kilombola .....	48
6 CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXO I - GLOSSÁRIO.....	57

## 1 INTRODUÇÃO: PRIMEIROS PASSOS

Meu primeiro encontro com uma moradora da Comunidade Kilombola Morada da Paz (CoMPaz), foi com minha colega de curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza (EduCampo), Yashodhan. Eu e Yashodhan somos pessoas muito diferentes. Eu sou branco, jovem de ascendência européia, de classe média e Yashodhan, uma senhora afrodescendente, da classe trabalhadora, kilombola<sup>1</sup>. Sou urbano e Yashodhan rural. Estou no início da minha trajetória acadêmica, Yashodhan é pós-doutora e retornou para a graduação em função do novo curso de Educação do Campo. Sou um rapaz sem muita convicção religiosa, Yashodhan é a Sangoma, líder de seu povo, a Nação Muzunguê.

Nós nos encontramos com toda nossa diferença, num dia longo, fraterno, de sonhos. Meu sonho – “fazer um curso que aponte um sentido para minha caminhada na terra.” E, o de Yashodhan - ser uma “chave para abrir portas para o meu povo”. Eu e Yashodhan, em nossas diferenças, nos encontramos.

A partir desse encontro, nasceu a amizade e Yashodhan me convidou para realizar o Tempo Comunidade na Comunidade Morada da Paz, eu aceitei esse convite para conhecer o “novo” e “o desconhecido”, para aprender o que é um kilombo e como vivem e aprendem os filhos de Mãe Preta.

Visitei a CoMPaz pela primeira vez em 2016 e conheci uma parte da comunidade, os moradores me receberam em volta de uma fogueira e explicaram um pedaço da história deste território. As crianças me ensinaram os ritos de chegada à comunidade e me apresentaram a trilha, chamada de trilha da paz, onde fazemos um percurso dentro da mata nativa, em silêncio, onde saudamos todos os seres que habitam

---

<sup>1</sup> Em áreas bantas na África, *kilombo* significava *sociedades de homens guerreiros*. No Brasil colonial a denominação “*quilombola*” passou a designar homens e mulheres, africanos e afrodescendentes, que rebelaram ante a sua situação de escravizados e fugiram das fazendas e de outras unidades de produção, refugiando-se em florestas e regiões de difícil acesso, onde reconstituíam seu modo de viver em liberdade. A CoMPaz e toda pesquisa nela realizada Essa se insere em um esforço para afirmação de um outro modo de produzir conhecimento e se grafou *kilombolo* com k como uma formulação identitária da comunidade, aludindo diretamente a origem banto do termo. Entende-se que *quilombo*, grafado com q é uma adaptação do colonizador ao termo africano e o usaremos sempre que citarmos textos de outros autores que foram grafados desse modo. Mas para designar o território, suas práticas e processos educativos e de sustentabilidade, iremos grafar *kilombo* com k a fim de afirmar que estamos em uma disputa que é política e por isso linguística para que se recupere o sentido africano da palavra (LABREA, KIEKOW, DORNELLES, 2019, p.109)

a mata e a nós mesmos. Depois tivemos um *ipadê* -palavra iorubá que designa as rodas de conversa - onde conversando sobre o funcionamento do tempo comunidade. Voltando para casa, a primeira sensação que tive foi de encantamento com o lugar, tudo para mim foi novo. Naquele dia, depois da primeira visita, entendi que estava no curso certo e essa sensação foi reforçada em outras saídas de campo para comunidades indígenas e rurais.

No momento em que iniciei as visitas de tempo comunidade, não tinha pensando em fazer meu trabalho de conclusão de curso (TCC) dentro da comunidade, e embora eu participe do Coletivo de Pesquisadoras e Pesquisadores Kilombolas OKARAN, com o Projeto de Pesquisa e Extensão Universitárias “Pedagogia do Encantamento e Ekonomia do Afeto: cartografia subjetiva em território feminino kilombola”, desde 2017, e eu tenha participado ativamente da cartografia que foi realizada no kilombo, em uma parceria entre a UFRGS e a Comunidade, foi apenas em 2019, quando iniciei o Estágio de Docência, que pensei em fazer meu trabalho de TCC olhando para as práticas educativas desenvolvidas na Morada. Pensei em como trabalhar a Ciências da Natureza na construção de um projeto educativo para uma escola, ainda em vias de se formalizar, em uma comunidade kilombola.



Figura 1 - Coletivo de Pesquisadoras e Pesquisadores Kilombolas OKARAN - Acervo CoMPaz.

A partir dessa questão, visitei a Comunidade Morada da Paz para conversar sobre a possibilidade dessa construção. Nesse *ipadê* entendi que para conversar sobre Ciências da Natureza, na perspectiva da Educação do Campo (EdoC), deveria observar e analisar os diálogos possíveis com a Pedagogia do Encantamento, fundamentada nas diretrizes da Educação Quilombola e da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), que a comunidade já desenvolve em seus projetos voltados para a educação de suas crianças e jovens.

Esses projetos, que virão um dia a compor a futura Escola Comunitária Kilombola Epè Layié (ComKola) são desenvolvidos no Kilombo por meio do Ponto de Cultura da Infância Odomodê e outros projetos em diversas parcerias. Desde 2017 desenvolvi minhas atividades de Tempo Comunidade (TC) na comunidade e já participei de vários projetos e oficinas ali realizados. Na CoMPaz o processo de tomada de decisão e de construção do conhecimento é coletivo e foi dentro deste coletivo que minha proposta foi avaliada e acolhida.

A sistematização da reflexão sobre a proposta da Pedagogia do Encantamento foi organizada pelo Coletivo OKARAN e já temos artigos (LABREA, KIEKOW,

DORNELLES, 2019) e um livro (OKARAN, 2020) publicados que descrevem essa experiência e eles serão nossas principais referências quando formos falar da Morada e das suas práticas e experiências educativas.

A proposta para meu trabalho de conclusão de curso foi a de descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas no meu Tempo Comunidade e aprofundado no meu estágio não-escolar e, a partir deles, ver a possibilidade de contribuir com a proposta de uma Educação do Campo Kilombola, voltada para o ensino de Ciências da Natureza.

A partir do escrito, tive como objetivo geral do meu TCC o de descrever e analisar os diálogos possíveis entre a Pedagogia do Encantamento, desenvolvida nos projetos educativos da Comunidade Kilombola Morada da Paz, e os princípios da Educação do Campo, visando colaborar para a construção de uma proposta de Educação do Campo Kilombola, voltada para o ensino de Ciências da Natureza, por meio da análise das práticas educativas desenvolvidas na comunidade.

E, como objetivos específicos os seguintes: descrever e analisar os fundamentos da Pedagogia do Encantamento; descrever os marcos normativos da Educação do Campo e da Educação Quilombola, com foco para a área das Ciências da Natureza a fim de relacioná-los com a proposta pedagógica desenvolvida na comunidade; analisar e descrever as práticas educativas realizadas na Comunidade, em particular aquelas desenvolvidas durante meu Tempo Comunidade e estágio probatório em espaços não-escolar; analisar os dados coletados e efetivar a reflexão na proposição desta pesquisa.

Como metodologia, para a execução da pesquisa, realizamos um estudo de caso como método de pesquisa porque participo das atividades pedagógicas desenvolvidas na comunidade desde 2016 e gostaria no TCC de descrever e iniciar a análise dessa experiência no campo da educação antirracista.

O resultado da pesquisa realizada está apresentado da seguinte maneira: no capítulo 2 apresentamos a metodologia do estudo de caso. No 3 capítulo iremos ver sobre as comunidades quilombola no Brasil vendo sua legislação, a sua localização e como a Comunidade Morada da Paz se organiza. O 4 capítulo iremos ver a Educação do Campo e Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza. No 5 capítulo teremos o diálogo entre a Educação do Campo e a Educação Kilombola, observaremos como foi o estágio não escolar e falaremos sobre a Educação do Campo Kilombola. Finalmente, apresento as conclusões.

## 2 METODOLOGIA: ESTUDO DE CASO

A presente pesquisa foi desenvolvida através do estudo de caso, onde através de revisão bibliográfica, relato das atividades desenvolvidas e coleta de dados sobre a comunidade procuro identificar e analisar aspectos da Educação Quilombola e da Educação do Campo, especialmente na área das Ciências da Natureza. Por meio de diferentes fontes de informações - caderno de campo, documentos produzidos durante as atividades de tempo comunidade, o resultado da cartografia realizada pelo OKARAN, a descrição da construção, implementação e análise da atividade proposta no Estágio não-escolar, revisão bibliográfica - adoto o estudo de caso como estratégia de investigação, que visa facilitar a utilização por parte do investigador para organização e construção do conhecimento nessa pesquisa.

O estudo de casos é uma pesquisa qualitativa que estuda eventos contemporâneos, em seu contexto atual no mundo real, é uma pesquisa que o pesquisador-observador se aproxima dos sujeitos pesquisados, procurando compreender e aprofundar os dados das práticas deste sujeito, com a área do conhecimento.

Jabbour e Freitas (2011) explicam que o estudo de caso busca em reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno, centrando-se na compreensão da dinâmica do contexto real, envolvendo-se num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Mas fazer uma pesquisa sobre estudo de casos não é fácil, ela é uma das mais desafiadoras, pois precisa seguir algumas preocupações, conforme o autor Yin (2015) indica:

Fazer um estudo de caso de forma apropriada significa ter em vista cinco preocupações tradicionais sobre estudos de caso – conduzir a pesquisa de forma rigorosa, evitar confusões com caso de ensino, saber como chegar a conclusões generalizadas quando desejado, gerir cuidadosamente o nível de esforço e compreender vantagem comparativa da pesquisa de estudo de caso. (YIN, 2015, p.2)

Mesmo desafiadora não devemos ter medo da metodologia, assim que se entenda a metodologia e seu funcionamento ela começa ficar “fácil”. Conforme Yin (2015) afirma que o principal cuidado é com uma revisão minuciosa da literatura e com a proposição cuidadosa e atenta das questões ou objetivos da pesquisa. Igualmente



importante será a dedicação aos procedimentos formais e explícitos ao realizar a pesquisa.

A pesquisa irá nos aproximar mais do campo, conforme Cruz Neto complementa:

[...] o trabalho de campo se apresenta com uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também, de criar um conhecimento partindo da realidade presente no campo. (CRUZ NETO, 1994, p.51)

Com isso essa pesquisa seguirá em duas etapas: exploratória e analítica. A etapa exploratória descreverá os marcos normativos da Educação do Campo, com destaque para sua interlocução com a Educação Escolar Quilombola e apresento as principais características do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, passo ao contexto sócio-histórico da Comunidade Morada da Paz e da CoMKola. E a etapa analítica irá descrever e analisar nossa proposta de uma Educação do Campo Kilombola, a partir da conexão da Educação do Campo com a Educação Quilombola e a Educação para as Relações Étnicas-raciais, na área da Ciência da Natureza.

### **3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Neste capítulo resgataremos a formação da Educação do Campo e ver brevemente a sua história. Olharemos a formação da Licenciatura em Educação do Campo – Ciência da Natureza e iremos ver como ela foi formada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde observaremos sua metodologia e o que significa Ciência da Natureza.

#### **3.1 Sobre a Educação do Campo**

A formação da Educação do Campo é engajada aos movimentos sociais que propunham uma escola que valorizasse a sua comunidade, produzisse conhecimento, poder ressignificar a memórias dos moradores, a sua identidade e histórias dos sujeitos, assim superando a fome, a opressão e o analfabetismo.

Por isso, durante muito tempo os movimentos sociais lutam para educação de qualidade no campo, pois as escolas do campo seguem um modelo de ensino que é voltado para educação urbana, os valores rurais eram ignorados na escola com isso perdendo a maioria do conhecimento que poderia ser compartilhado em sala de aula.

Nesse sentido, os movimentos sociais procuraram uma escola que defendesse o seu campo, pois o campo é muito mais que um território geográfico.

É um território, palco de uma série de lutas e embates políticos, possui tradições, místicas e costumes específicos, distinto das comunidades urbanas. O homem e a mulher do campo, nesse contexto, são sujeitos historicamente construídos a partir de determinadas sínteses sociais, específicas e com dimensões diferenciadas em relação aos grandes centros urbanos. Assumir essa premissa pressupõe corroborar com a afirmação da inadequação e insuficiência da extensão da escola urbana para o campo (CALDART, 2010).

Arroyo e Fernandes (1999), na Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo, relembram que o termo “campo” é a nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais que resultou de muita luta e foi adotada pelo governo e sua política pública educacional a partir dos anos 2000. Se desconectar da concepção de educação rural é a prioridade da Educação do Campo. Ela propõe um olhar político e social que busca afirmar os direitos dos sujeitos nas questões de educação, agroecologia, agricultura orgânica, reforma agrária, soberania alimentar e outros temas que interessam a uma educação integrada ao mundo rural e do trabalhador do campo.

A educação rural ainda faz parte da realidade da educação brasileira para os sujeitos que vivem no campo, mesmo com os vários debates sobre a Educação do Campo e a multiplicidade de experiências que existem nesta área. Conforme o autor Martins (2009), a educação rural tem sua prioridade no fortalecimento da mecanização e a inserção do controle químico nas culturas, em detrimento das condições de vida do homem e da mulher no campo. Isso auxilia na exclusão do sujeito social e educacional, auxiliando na negação dos direitos, trajetória e cultura do sujeito do campo.

Em 1988, quando ocorre aprovação da constituição e do processo de redemocratização do país, os debates sobre os direitos sociais da população do campo voltam com força. Nesse período ocorrem aprovações de direitos educacionais bastantes significativos, colocando o compromisso do Estado com a sociedade como prioridade, criando portas para a educação para/com todos segmentos da população. Seguindo o compromisso com mudanças na área educacional, ocorre uma reforma educacional a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, LDBEN, Lei 9.394/96. Na LDBEN, em seu artigo 28, afirma a seguinte norma:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Isso demonstra o avanço político e educacional que possibilita a passagem da educação rural para a educação do campo e, conforme Aparecida (2013), complementa a necessidade de o Estado cumprir com alguns deveres, dentre eles: educação básica para toda população; conteúdos curriculares e metodologias integradas aos interesses e necessidades dos educandos, assim como, autonomia dos espaços educativos, que poderão organizar seu calendário de acordo com as atividades e trabalhos desenvolvidos na comunidade.

Há uma orientação na LDBN que permite flexibilizar o calendário curricular nas escolas do campo e elas são resultado da experiência de algumas escolas do campo que desenvolveram seus currículos a partir da pedagogia da alternância. Esta metodologia, fruto das experiências educativas dos movimentos sociais do campo, estabelece um currículo flexível para atender aos objetivos de que, em tempos e espaços alternados – Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) – os jovens do campo tenham condições de acesso à escolarização, conhecimentos científicos, valores produzidos em família, comunitários e os saberes da terra.

Nas escolas do campo há a possibilidade de ter tempos e espaços alternados. O TE e o TC, conforme diz Pinho (2008), possibilita ao aluno que está na escola, em intervalos regulares, retornar para sua comunidade e aplicar e construir conhecimento e diálogos entre o saber cotidiano e o saber apresentados na escola ao mesmo tempo que permite trazer para a escola os saberes que são valorizados e transmitidos de geração em geração em sua comunidade.

Essa relação de troca de experiências enriquece o conhecimento e os aprendizados, a experiência social de sua comunidade auxilia o aluno a produzir novos conhecimentos articulando os saberes da comunidade às técnicas cientificamente comprovadas. Então, a pedagogia da alternância contribui para o aluno no

desenvolvimento da reflexão crítica, da responsabilidade individual e coletiva e fortalece as famílias do campo, na tentativa de envolver os sujeitos na busca de um mundo mais solidário, justo, humano e ético (SILVA, 2008; BEGNAMI, 2013).

Em 1998, ocorre a primeira Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, graça as ações dos movimentos sociais onde passou a gerar e promover ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo no território nacional. Essa conquista gerou outras ações, como Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; a instituição pelo CNE – Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003 (SECAD, 2004).

Notamos que a construção histórica da Educação do Campo no Brasil é marcada fortemente pela exclusão dos sujeitos pelo Estado. E por causa dessa exclusão ocorre a oposição, que procura nessa situação reverter esse processo. Com a iniciativa dos movimentos sociais que construíram inúmeras práticas alternativas, sozinhos ou em parcerias, e incontáveis reuniões para debater o tema da educação dos povos do campo, que inicia e avança a Educação do Campo, com a proposta de educação que vincula os sujeitos do campo e a sua realidade, cultura, religião e história dentro da sala de aula. E ainda que na atualidade, o Brasil esteja passando por um rápido processo de desconstituição dos direitos, a Articulação por Uma Educação do Campo segue, como processos de resistência.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituídas pela Resolução CNE/CEB no. 1 de 3 de abril de 2002, validam esse entendimento sinalizando que as escolas do campo irão contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Brasil, 2012, p.34):

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2012, p.33).

Destaco nas Diretrizes da EdoC alguns artigos que mostram que o Estado reconhece o direito a uma educação diferenciada para as populações do Campo.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

Art. 9º As demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente.

Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade. (BRASIL, 2002)

A Resolução no. 2, DE 28 de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo em seu art. 1º. anuncia que:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, **quilombolas**, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008)

E o Decreto no. 7372/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA entende por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e.

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (BRASIL, 2010)

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Art. 3º Caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando em especial:

I - reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto aos horários e calendário escolar;

II - fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental;

III - garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo; e

IV - contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo. (BRASIL, 2010)

Estes são os principais marcos legais da Educação do Campo e a partir deles vão se organizar a legislação estadual e municipal para garantir o funcionamento das escolas do campo. A Educação do Campo segundo Frigotto:

O ideário da Educação *do Campo*, no contraponto da educação *para o campo* ou *no campo*, indica uma ruptura da concepção de minoridade do camponês ou de um cidadão de segunda categoria. Educação *do campo* quer significar que a cultura, os valores, os saberes, a experiência, em suma, a vida do camponês não é nem inferior e nem superior e também não se contrapõe aos trabalhadores da cidade. Ela, apenas, tem especificidade e particularidades e são o ponto de partida para o diálogo com outras culturas, valores, saberes e experiências na construção de uma cultura unitária, vale dizer, síntese do diverso (Frigotto in Molina et al:2014, p. 11)

Neste estudo não se pretende fazer uma análise desta questão, apenas apontar que os quilombolas estão incluídos nessa política e mesmo tendo suas Diretrizes, apresentadas no capítulo anterior, que trataram das suas especificidades, dialogam com a política de Educação do Campo. Esse entendimento se sustenta em Nilma Lino Gomes, relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola:

No caso específico da Educação do Campo, a legislação nacional também possibilita uma ampliação da sua compreensão e daqueles que por ela devem ser atendidos, incluindo, dentre esses, os quilombolas. (...) é possível reconhecer pontos comuns entre as comunidades quilombolas – em especial aquelas que se localizam nas áreas rurais – e os povos do campo. (...) Ao conceituar os povos do campo reconhecendo nessas a presença das comunidades quilombolas e o dever do poder público na oferta de uma educação que respeite suas especificidades, cabe destacar até que ponto as questões de ordem étnico-raciais, os conhecimentos tradicionais, as questões de ancestralidade que dizem respeito aos quilombolas conseguem, de fato, ser contempladas na regulamentação voltada para a Educação do Campo (GOMES in: BRASIL, 2012, p.20-21, disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_curric\\_educ\\_quilombola.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf), acesso em 13/11/2020).

A seguir apresento alguns dados do curso da EduCampo pois ela resulta da implementação da política para a formação de professores do campo, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) (BRASIL, 2013).

### 3.2 A Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza

A EduCampo resulta do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) (BRASIL, 2013), através de um Subprograma intitulado Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO), que tem como objetivo apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais (Procampo: 2007, p.1).

Para isso cria o Edital 02/2012 da SECADI/MEC que “aprovou 42 projetos a serem desenvolvidos em IES, com disponibilização de 600 vagas permanentes para docentes e 126 técnicos nessas instituições, com a meta de formar 15 mil professores para atuar na Educação Básica nas escolas do campo” (MOLINA; HAGE, 2016, p.806 apud LABREA; KIEKOW e DORNELLES, 2018, p.154).

A UFRGS, em uma parceria entre a Faculdade de Agronomia e a Faculdade de Educação, organizou a EduCampo e tem como desafio trabalhar de modo interdisciplinar a “criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico das escolas do campo” (BRASIL, 2013, p.2).

Considerando-se as especificidades e deslocamentos que a Educação do Campo propõe nos campos epistemológico e político, surge a necessidade de uma formação docente condizente com seu projeto de desenvolvimento. Os movimentos sociais do campo, na luta pela reforma agrária, atuam em várias frentes e pressionam por instrução formal e técnica dada por instituições públicas. Lerrer (2008) mostra que esta é uma diferença importante em relação a outras forças políticas, econômicas e sociais atuantes na sociedade brasileira, porque os movimentos sociais do campo buscam inserir os trabalhadores rurais na chamada *modernidade emancipatória* (LERRER, 2008, p. 171 apud LABREA, KIEKOW, DORNELLES, 2018, p.154) ao concentrar grande parte de seus esforços no incentivo ao acesso à instrução formal e política (LABREA, KIEKOW, DORNELLES, 2018, p.154).

A Licenciatura em Educação do Campo defende uma outra temporalidade e espacialidade para o aprendizado – a Pedagogia da Alternância (Caldart:2000) -, havendo períodos de formação nas universidades – tempo universidade (TU) -, e períodos de formação nas comunidades rurais onde vivem os educandos e estão localizados as escolas do campo - tempo comunidade (TC). Essa estratégia pedagógica



busca garantir a vinculação da teoria à prática, enraizar o educando as questões do seu território e trazer as reivindicações e necessidades da comunidade rural para serem debatidas e credibilizadas na universidade (LABREA, KIEKOW, DORNELLES, 2018)

A EduCampo prevê a capacitação de professores para a docência em Ciências da Natureza para atuação nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, inseridos no enfoque da sustentabilidade, saberes e conhecimentos localizados no campo. Aos egressos será, também, possível a docência em disciplinas dos cursos técnicos vinculados ao meio rural, especialmente localizados no Eixo Tecnológico Recursos Naturais, em conformidade ao Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Propõe um repertório teórico conceitual vinculado às Ciências Agrárias, pois, ao organizar os componentes curriculares na área de Ciências da Natureza, consideram se a especificidade do campo onde irão atuar os alunos-docentes e a compreensão dos estudantes para esta realidade (UFRGS, 2013, p.9).

A EduCampo busca ser uma alternativa para a implementação de uma nova concepção de educação para os sujeitos que vivem neste território, a partir da formação de um quadro de educadores do campo. Nesse sentido, Caldart (2007) afirma que um curso de Licenciatura em Educação do Campo deve ser pensando para formar educadores com um perfil de atuação nos espaços formais e não-formais de ensino, o que prevê uma concepção mais alargada de educação e uma abertura para práticas pedagógicas não escolares. Consoante com este entendimento, a EduCampo é direcionada para os anos finais do ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos (EJA) (cf. LABREA; KIEKOW e DORNELLES, 2018, p.155).

A Educação do Campo defende que a formação de seus educadores tenha abordagem que traz “um olhar interdisciplinar sobre a realidade permite que entendamos melhor a relação entre seu todo e as partes que a constituem.” (GOLDMAN, 1979, p.325 apud THIESEN, 2008, p.546).

A interdisciplinaridade é fundamental para formulação de temas geradores e transversais que contemplem a realidade da população do campo e trazem uma riqueza de conhecimentos e práticas que podem transformar o sujeito.

Para explicarmos as características do curso de licenciatura em Educação do Campo-Ciências da Natureza precisamos primeiro entender o significado de Ciências da Natureza, começando com o significado da palavra Ciências. A palavra Ciências vem do latim *scientia* que significa conhecimento, conforme Chalmers (1993) define ciência:

A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente. (CHALMERS,1993,p.17)<sup>2</sup>

O primeiro passo na Ciências começa com a observação e nela inclui os cinco sentidos para melhor captura dos dados da observação. A palavra Natureza na sua definição etimológica, conforme consta no *Dicionário online da etimologia*<sup>3</sup> mostra que esta palavra vem do antigo francês *nature* que significa “ser, princípio da vida, caráter, essência”, e tem origem no latim *natura* onde significa “curso das coisas; caráter natural, constituição, qualidade; o universo”. Então a palavra Ciências da Natureza no seu sentido literal seria o conhecimento da vida ou do universo e o plural indica a palavra articula várias disciplinas ou saberes.

O curso de licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza busca ensinar o conhecimento da vida ou do universo que se encontra no campo, pois o campo é um universo, pois contém inúmeras vidas e a observação e o entendimento desse conhecimento são necessários.

Na Licenciatura de Educação do Campo - Ciências da Natureza trabalhamos as disciplinas de Química, Física e Biologia e cada uma possui a sua trajetória e sua especificidade, mas como área estão conectadas entre si.

A química, segundo a definição do Dicionário online (Dicio, 2020) é uma Ciência que estuda a natureza e as propriedades dos corpos simples, a ação desses corpos uns sobre os outros e as combinações resultantes dessa ação. Conforme os autores Borges e Alves (2017, p.3), a química:

É uma ciência que está diretamente ligada à nossa vida cotidiana. A produção do pão, a digestão dos alimentos, os medicamentos, os combustíveis, as tintas, o cimento, a borracha de seu tênis, os tecidos de seu vestuário, a atmosfera de Marte, a natureza animada e inanimada e até a vida e a morte são processos que estão ligados direta ou indiretamente ao grande universo químico.

---

2 Na minha visão e experiência, a Ciência já está muito além do ver, ouvir, tocar. Ela ultrapassa os 5 sentidos, porém não temos os instrumentos para medir esse entendimento ampliado do que cabe ou não à Ciência e por causa disso o “olhar científico” não confia ou desacredita a experiência social que, na minha leitura, também é ciência, mas no meu ponto de vista os dois são lados diferentes de uma mesma moeda. Minha visão, mais complexa, se alinha ao entendimento que, por exemplo, defende Edgar Morin em *Ciência com consciência* (2005) no qual ele afirma que *todo conhecimento para ser pertinente deve contextualizar seu objeto*.

3 Acesso ao site <https://www.etymonline.com/word/nature>, em 20/10/2020.

A física, para o professor Luiz Carlos de Lima (2020), é a ciência das propriedades da matéria e das forças naturais. Suas formulações são em geral compactas e expressas em linguagem matemática. A física se desenvolveu com o propósito de explicar os fenômenos da natureza desde os mais simples para os mais complicados. Conforme o autor Moreira explica em sua matéria (2017):

Neste exato momento, por exemplo, o ato de você poder ler esse texto envolve a luz que reflete e chega aos seus olhos provocando inúmeros processos físicos, químicos e biológicos para que o ambiente em que você está inserido seja melhor interpretado e vivenciado.

Também podemos ver que a física se encontra no funcionamento do carro, do ventilador, da garrafa térmica, do celular, do mar e da luz e muitas outras coisas que se encontram no nosso dia a dia.

Biologia definida no site Brasil Escola (2020):

A **Biologia** é uma ciência que **estuda a vida em seus mais variados aspectos**, importando-se em compreender, por exemplo, o funcionamento dos organismos vivos, a relação desses seres com o meio e seu processo de evolução. Devido a sua complexidade, a Biologia pode ser dividida em diferentes sub áreas, como **Biologia Celular, Ecologia, Paleontologia, Anatomia, Fisiologia e Evolução**.

Com isso a Licenciatura de Educação do Campo - Ciências da Natureza consegue implementar a química, física e a biologia no cotidiano do alunos para uma aula além do livro, uma aula que contempla todo espaço escolar e não-escolar trabalhando os três conteúdos em aula interdisciplinar que contempla o espaço da escola e o campo em que se encontra.

Neste capítulo fiz uma revisão da bibliografia sobre a Educação do Campo e seus marcos normativos, incluindo a origem e características EduCampo. No próximo capítulo apresentarei os marcos normativos que regem os reconhecimentos das comunidades quilombolas no Brasil, e uma parte da história da Comunidade Morada da Paz.

#### **4 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL E A COMPAZ**

Neste capítulo resgato a legislação sobre os Quilombos mostrando que ela resulta de um longo processo, como veremos, é somente na Constituição de 1988 que os territórios Quilombolas são reconhecidos pela legislação brasileira. Também apresento a

Comunidade Morada da Paz, sua localização e a escola CoMKola , objetivos e a apresento como é: um território de mulheres e iremos ver quem habita esse território e como é organizado.

#### **4.1 Os Quilombos na Legislação**

As Comunidades Remanescentes de Quilombos têm direito aos territórios que historicamente reconhecem como seus. Tal direito é previsto no artigo n. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, sob o enunciado: *Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.* O decreto 4887/2003 amplia o entendimento e reconhece que comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (cfe. LABREA ET AL: 2017).

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. De um modo geral, os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação serviços, inclusive de guerra bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras santíssimas, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos (BRASIL:2013, p.14 apud LABREA et al, 2017).

O governo federal desenvolve o Programa Brasil Quilombola, desde de 2004, e atua nos eixos abaixo descritos:

Acesso à Terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a certificação e regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas.

Infraestrutura e Qualidade de Vida – consolidação de mecanismo efetivos para destinação de obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local – apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Direitos e Cidadania – fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidos por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades quilombolas considerando critérios de situação à água e/ou energia elétrica e sem escola (BRASIL: 2013, p. 10).

Essa agenda se orienta por um marco regulatório que sustenta as seguintes ações:

Constituição Federal de 1988- Artigos 215 e 216 da Constituição Federal – Direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 do ADCT – Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos.

Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) – Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais.

Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial

Decreto no 4.887, de 20 novembro de 2003 – Trata da regularização governamentais.

Decreto no 6040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Decreto no 6261, de 20 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.

Portaria Fundação Cultural Palmares no 98 de 26 de novembro de 2007 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.

Instrução Normativa INCRA no 57, de 20 de outubro de 2009 – Regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL:2013, p.15).

Em 2013, levantamento do governo federal indicava cerca de 214 mil famílias e 1,17 milhões de quilombolas em todo o Brasil (BRASIL:2013). Uma dessas comunidades quilombolas é a Comunidade Morada da Paz (CoMPaz) (LABREA ET AL, 2017).

Retomei brevemente os marcos normativos da política nacional para reconhecimento de comunidades quilombolas a fim de que destacar que a legislação atual admite o autorreconhecimento como critério para afirmar identidades quilombolas. No tempo que passei no OKARAN, aprendi por meio das rodas de conversa com outros

quilombolas de outras regiões do país, que nenhum quilombo é igual ao outro, embora a legislação regule a todos.

Há também uma política educacional que organiza a partir das Diretrizes Nacionais a Educação Quilombola. Esta modalidade está inscrita nos marcos normativos da Educação, mas tem suas particularidades, que apresentarei no capítulo 4, que segue. No momento, darei continuidade a este capítulo, apresentando o município de Triunfo onde se localiza a Morada da Paz.

#### **4.2 Sobre a comunidade Morada da Paz: o município de Triunfo**

A Comunidade Kilombola Morada da Paz – CoMPaz, localiza-se nas margens da Br 386 – Km 410, próxima da localidade de Vendinha, na fronteira entre os municípios de Triunfo e Montenegro/RS. A CoMPaz se localiza em um terreno de 5,57 hectares. O espaço dentro do território é dividido com a natureza que é de importante significado para a comunidade.



Figura 2 - Entrada da CoMPaz em 2013 (Fonte: Google maps, 2013)



Figura 3 - Entrada da CoMPaz em 2019 (fonte: Arquivo pessoal, 2019)



Figura 4 - Localização de Triunfo(esquerda) e Montenegro(direita) no Rio Grande do Sul (Fonte: Wikipédia, 2020)

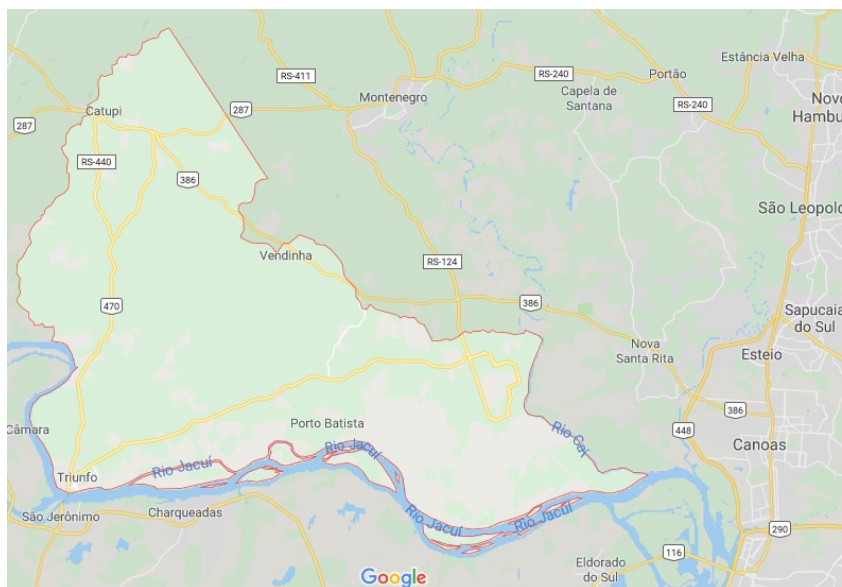


Figura 5 - Cidade de Triunfo (fontes Google, 2020)

O entorno da comunidade, possui moradores, na sua maioria pequenos agricultores familiares, com o cultivo predominante de olericultura e monocultura de eucalipto e acácia.

Triunfo possui muita história. Terra de Bento Gonçalves e cenário das mais importantes batalhas da Revolução Farroupilha, Triunfo foi habitada, antes da colonização, pelos índios Patos. Triunfo foi fundado em 11 de março de 1754 e ganhou jurisdição sobre as Freguesias de Santo Amaro, Taquari e Rio Pardo em 1761. Anos se passaram e de município em 1831, Triunfo passou a comarca em 1878. Somente em 1938, passou a denominar-se cidade. Completando 256 anos de uma rica história que vai desde uma vasta arquitetura luso-açoriana, fartamente vislumbrada em seus casarios históricos, até uma das mais lembradas batalhas da Guerra dos Farrapos, a da Ilha do Fanfa, que resultou na prisão do mártir da Revolução Farroupilha e filho ilustre de Triunfo, o general Bento Gonçalves da Silva, quando foi transferido para o Forte do Mar, em Salvador (Fonte: CÂMARA DE TRIUNFO, 2020).

Como principais pontos turísticos, destacam-se a Igreja Matriz (terceira mais antiga do Estado) que abriga a imagem do Santo Bom Jesus, padroeiro do município; o Theatro União (segundo mais antigo do Estado), fundado em 1848; a casa onde nasceu o general Bento Gonçalves que hoje abriga o Museu Farroupilha; a Casa do Império, única existente no Estado, pertencente à Cúria Metropolitana. (Fonte: Rio Grande do Sul Turismo)



Situamos brevemente a cidade onde a Morada está localizada. Destaco que a população local é predominantemente branca, de origem europeia e não há outro quilombo na região. Descreverei, agora, a CoMPaz, fundamentado nas visitas realizadas ao longo de 4 anos e também na Cartografia que o OKARAN produziu sobre a Comunidade e seu modo de ser e viver.

### **4.3 A comunidade Morada da Paz e a escola CoMKola: território negro feminino**

*Nada justifica a falta de Esperança.  
Mãe Preta*

A CoMPaz é uma Comunidade Kilombola Espiritual, Ecológica, Sustentável, fundada em 2003 por mulheres e homens que migraram da região metropolitana de Porto Alegre para a área rural do Distrito de Vendinha, no município de Triunfo/RS, com o intuito de promover a sustentabilidade ambiental como caminho para uma melhor qualidade de vida. Segundo seus fundadores:

A Comunidade Morada da Paz é uma Comunidade Kilombola Espiritual Ecológica Cultural Sustentável Território de Mãe Preta (CoMPaz), localizada em Vendinha, entre os municípios de Triunfo e Montenegro, no Rio Grande do Sul. Ela nasceu oficialmente no início dos anos 2000, quando o povo brasileiro despertava de forma ardente para um desejo de participação em estilos de vida diferenciados, mais solidários, mais partilhados. A rebeldia, àquela época, era um traço característico e a criatividade pulsante era a nota perfeita para o início da construção de um novo sistema, onde a vida comunitária, o exercício do voluntariado e a partilha sem fronteiras compunham os acordos harmônicos para uma nova era. A chegada de um novo século despertava nas pessoas o desejo da mudança, da solidariedade perdida, do ato da fraternidade. Os primeiros anos do Kilombo CoMPaz, onde mulheres e homens se uniram em busca de uma nova forma de viver, foram dedicados ao autorreconhecimento, numa tentativa profunda de se compreender a jornada pessoal como pessoas, negras, quilombolas. Nesse período conhecemos também a realidade do entorno, os animais da região, os rios, as fontes e os mitos que vivificavam o local (OKARAN, 202, p.23-24)

Para chegar ao Território, contam que foram orientados por Mãe Preta que disse que encontrariam “duas velhas centenárias” que lhes mostrariam o caminho. Eles levaram algum tempo para perceber que ela se referia a duas poderosas velhas figueiras e não a duas senhoras idosas como imaginaram inicialmente. Quando viram as árvores no Território enfim compreenderam que ali seria sua Morada. Mãe Preta é uma preta

velha que acompanha há mais de vinte anos Yashodhan, a *Sangoma*<sup>4</sup>, guia espiritual e guardiã da cosmovisão da Nação Muzunguê<sup>5</sup>, a Yá que guarda e comanda os ritos no terreiro. Mãe Preta é reconhecida como a Yabá ancestral e mãe da comunidade. Seu Sete, um Exu-Rei é o pai da comunidade (OKARAN, 2020, p.45).

Afirmamos que Comunidade Kilombola Ecológica Morada da Paz, Território de Mãe Preta é um território negro feminino, pois a grande maioria das moradoras são mulheres que salvaguardam a cultura matricial de seu povo. Elas nos contam nas rodas de conversa que, aos poucos, “os homens foram indo embora” do território e as mulheres permaneceram. Essa característica não é incomum nos relatos de outras mulheres negras onde as famílias se desagregam e os homens deixam as mulheres, geralmente para criar seus filhos sozinhas. O que é incomum nessa narrativa é como essas mulheres subverteram uma memória histórica de discriminação em função de raça, gênero e classe social porque em seu território reconstruíram essa memória a partir das atividades de cuidado que pautam sua organização, suas estratégias educativas e de sustentabilidade comunitárias (LABREA, 2017). Ficar, permanecer no kilombo é resistir e investir na vida comunitária e reinventar um modo de ser e estar no mundo, diferente daquele que o mundo lhe apresentava (FLORES, 2018, p. 142). O feminino, nesta perspectiva é considerado uma *força* e em uma roda do grupo de pesquisas OKARAN, ao abordarmos esse assunto, sobre “as que ficaram” houve a seguinte reflexão: “a comunidade sempre foi uma força feminina, mesmo quando o número de homens era igual. Sempre se pensou como fazer, como falar, como conviver com mais cuidado, mais afeto, com mais flexibilidade” embora reconheçam que “tem momentos que a energia masculina é importante para a comunidade (...) quando se estabeleceram os princípios norteadores precisou de uma força mais dura, mais inflexível” (FLORES, 2018, p. 169-170 apud OKARAN, 2020, p.46).

---

4 Sangoma, na tradição africana, é a pessoa que é chamada para curar e através dela os ancestrais do mundo espiritual podem se manifestar, dar conselhos para curar doenças e desarmonias. (OKARAN, 2020, p.45)

5 O Muzunguê é oriundo do kikongo, cujo significado se aproxima da ideia de acolhimento. É um terreiro de chão batido onde se faz atendimentos espirituais, "assemelham-se às casas de Umbanda, ainda que também não sejam exatamente isso – pois em um mesmo espaço-tempo ritual manifestam-se as entidades do Batuque, do Candomblé e da Umbanda" (FLORES, 2018, p. 108), e tem as "preces práticas e a noção de meditação ativa (...), o não consumo de carne e de álcool, a compreensão de que o corpo é formado por pontos energéticos, os chakras que são atribuídas ao Budismo"(FLORES, 2018, p. 115). No Muzunguê há um trabalho de recuperação dos ritos ancestrais, como, por exemplo, a introdução dos tambores nos rezos ou orins, como chamam os pontos cantados em louvação aos orixás (OKARAN, 2020, p.45)



Figura 6 - As mulheres do Território de Mãe Preta - Acervo da CoMPaz



Figura 1: fundadores da CoMPaz: Yalaşé Yashodhan Abya Yala, Baogan Bába Kinní, Yabace Mako'Yilè, Yakékèrè Yamoro ÒmóAyóÒtùnjá, Ekédi Elemojó Karamy Àdetta.

Figura 7 – Fundadores da CoMPaz - Acervo da CoMPaz - Fonte: OKARAN, 2020. p.23

A CoMPaz foi reconhecida quilombola pela Fundação Cultural Palmares, conforme publicação no Diário Oficial da União de 20.05.2016, Portaria no.104 de 16.05.16.

O Kilombo realiza um trabalho de recuperação da sabedoria ancestral africana e afrobrasileira, e percebe a necessidade de sistematizar toda essa gama de saberes ameados nessa caminhada para prosseguir a sua missão comunitária. É um território negro feminino, pois a grande maioria das moradoras são mulheres que salvaguardam a cultura matricial de seu povo. Suas histórias de vida subvertem uma memória histórica de discriminação em função de raça, gênero e classe social porque em seu território reconstróem essa memória a partir das atividades de cuidado que pautam sua organização, suas estratégias educativas e de sustentabilidade (LABREA et al, 2019,p.113).

A comunidade articula três práticas espirituais: budismo, práticas afro-brasileiras como o Batuque e os ensinamentos espirituais indígenas e este sincretismo gera o neologismo *afrobudígena* que orienta os ritos no Muzunguê e os tempos da comunidade. A CoMPaz desenvolve projetos sociais, educacionais e culturais com os jovens, as crianças e os adultos da região em que se localiza, sobre educação, educação ambiental, cultura e história afro-brasileira e africana. É um ponto de cultura e tem um instituto para que possam organizar projetos e concorrer a editais, a fim de garantir recursos para suas atividades.

Sobre os moradores da CoMPaz :

Na busca pelo bem viver seus doze moradores adultos - três homens e nove mulheres - aos poucos foram deixando seus empregos na cidade, seguindo a orientação de Mãe Preta, e se dedicaram a transformar a Morada em um espaço do qual tiram seu sustento por meio de vários projetos ali desenvolvidos - têm hortas de verduras, legumes, chás e temperos, pomar de frutíferas, tudo orgânico ao lado de matas nativas. As mulheres e jovens confeccionam bolsas e acessórios, oferecem pães e produtos alimentícios em feiras e em um Café situado na universidade. Suas crianças - três meninos e cinco meninas, entre dois e catorze anos - e seus jovens - um homem e uma mulher, ambos na idade de dezessete anos, participam de todo processo, acompanhando seus pais e parentes no horário em que não estão na escola. (LABREA, KIEKOW, DORNELLES, 2019, p;61)

Assim a CoMPaz também decidiu se organizar seguindo as orientações da Mãe Preta:

Toda a comunidade optou por seguir a orientação de Mãe Preta e se organizar para viver de projetos, e dedicar a vida às ações em que se acredita. Ações que atuam na mudança que queremos ver no mundo

(FLORES, 2018, p.219) e a partir daí desenvolveram várias estratégias que passam pela agricultura, pelas atividades de ensino, cura e cuidado, por participar de editais públicos, por chás e almoços comunitários, pela produção e venda de produtos alimentícios e acessórios, por doações e campanhas. O conjunto de estratégias de sustentabilidade da CoMPaz são denominadas economia afetiva, atividades de cuidado que buscam garantir a sustentabilidade financeira dos moradores. (LABREA, KIEKOW, DORNELLES, 2019, p.61).

Neste espaço apresentei brevemente a comunidade e seus moradores, principalmente tendo como referência a cartografia produzida pelo OKARAN, do qual faço parte.

Para compreender melhor a proposta pedagógica da CoMKola, retomo os marcos normativos da Educação Quilombola e a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e no final deste capítulo apresento a construção iniciada pelo OKARAN sobre os fundamentos da Pedagogia do Encantamento e a consequente proposta de uma Educação do Campo Quilombola.

#### **4.4 A Educação Quilombola e a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade nova que se encontra na Resolução Nº 8 de 20 de novembro de 2012 onde tem definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, mostrando que essa política pública foi implementada recentemente e ainda se encontra em processo de construção, essa política pública é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente ausentes no currículo escolar. Segundo o MEC:

A Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica define que a Educação Escolar Quilombola, requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devem observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, representa uma vitória dos movimentos sociais, pois elas nasceram na base, a partir da luta da população negra, mais especificamente do movimento quilombola. Uma revolução no ensino brasileiro tendo em vista que as referidas diretrizes orientam os sistemas de ensino a valoriza os saberes, as tradições e o patrimônio cultural das comunidades remanescente de quilombos, algo impensável em outras épocas (MEC, disponível em:

<http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>, acesso em 13/11/2020).

Para o MEC, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola aprovadas pelo CNE de caráter mandatório, com base na legislação em geral e em especial na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 143/2003 e do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais tem por objetivo:

Orientar os sistemas de ensino da União dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de seus projetos educativos;

Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola na diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;

Assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

Assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considere o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;

Fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;

Zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais; Subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento e imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileiras. (MEC, disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>, acesso em 13/11/2020).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) estabelece:

§ 1o A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
  - b) das línguas reminiscentes;
  - c) dos marcos civilizatórios;
  - d) das práticas culturais;
  - e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
  - f) dos acervos e repertórios orais;
  - g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade
- II - compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;

III - destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;

IV - deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;

V - deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

VI - deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade. (BRASIL, 2012, p.61, disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>, acesso em 13/11/2020).

Nas Diretrizes, entende-se por quilombo:

I - os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;

II - comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições;

b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.  
III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros. (BRASIL, 2012, p.61-62, disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>, acesso em 13/11/2020).

Os Princípios da Educação Escolar Quilombola são:

Art. 7º A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político-pedagógicas pelos seguintes princípios:  
I - direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;  
II - direito à educação pública, gratuita e de qualidade;  
III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;  
IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;  
V - valorização da diversidade étnico-racial;  
VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;  
VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;  
VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais; XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;  
X - direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;  
XI - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial;  
XII - respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual;  
XV - superação de toda e qualquer prática de sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia;  
XVI - reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;  
XVII - direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;  
XVIII - trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola;  
XIX - valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de



contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração solidária por elas construídas;

XX - reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero. (BRASIL, 2012, p.63, disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>, acesso em 13/11/2020).

As práticas educativas na CoMPaz e na CoMKola se conectam com as Diretrizes da Educação Quilombola e buscam um aprofundamento na história e cultura afro-brasileira e a partir daí dialoga também com as Diretrizes da EREER que serão apresentadas a seguir.

Desde 2004 o Ministério da Educação (MEC), através do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) que buscam normatizar e orientar a formulação de projetos empenhados "na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas" (Brasil, 2004, p.9).

O Parecer 003/2004 dos conselheiros Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-Lopez traz elementos muito importantes para justificar as diretrizes da EREER e é uma "resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade"

(SILVA et al, in BRASIL, 2004, p.02, disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf), acesso em 14/11/2020.

Nessa linha, afirma:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações

produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas.

(SILVA et al, in BRASIL, 2004, p.02, disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf), acesso em 14/11/2020. )

Segundo o MEC, a EREER trata da "reeducação das relações entre negros e brancos, designada como relações étnico-raciais" (Brasil, 2004, p.13). A EREER procura corrigir a assimetria estrutural entre negros e brancos visando "a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros e das negras do país" (Brasil, 2004, p.13)

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana destaco os seguintes artigos:

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm por meta a educação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira que é multicultural e pluriétnica, capazes de, por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática.

§1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, ter igualmente respeitados seus direitos, valorizada sua identidade e assim participem da consolidação da democracia brasileira.

§2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais, tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

Art. 11 Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira. (BRASIL, 2004, p.20-21, disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf), acesso em 14/11/2020. )

Essas diretrizes foram estudadas na CoMPaz pelo OKARAN e pelo grupo de educadoras ligada à CoMKola e passaram a determinar os fundamentos da Pedagogia do Encantamento e da Educação do Campo Kilombola que apresento a seguir.

#### 4.5 A CoMKola, a Pedagogia do Encantamento e a Educação do Campo Kilombola

Há portas que só se abrem pelo lado de dentro

Mãe Preta

A Escola CoMKola Kilombola EpéLayiè<sup>6</sup> já está sendo gestada desde 2013 e, em sua construção, estão sendo incorporados conhecimentos de matriz africana e os princípios de uma Educação Quilombola e da Educação para as Relações Étnico-raciais articuladas com a Educação do Campo. O nome CoMKola surge a partir da fala de Mãe Preta – que é a guia espiritual da CoMPaz - que disse: *A escola precisa de mais cola, cola de amor, cola de carinho, cola de sorriso, cola do saber, cola de tudo que é bom*. Dessa fala surge o nome da escola CoMKolaEpèLayiè.

A CoMPaz busca construir a sua escola Kilombola dentro da Comunidade Morada da Paz, pois assim os o-mades<sup>7</sup> não precisarão mais fazer o deslocamento para a escola que fica em Vendinha, a cerca de 2 km da comunidade, e, principalmente, poderão usufruir de uma educação que contemple os valores, os princípios e a diversidade da cultura kilombola dentro de seu território (OKARAN, 2020).

A construção dessa escola está sendo feita por um grupo de educadores, pais, mães, avós, estudantes de escolas do ensino fundamental e médio, universitários que se reúnem em Ipádè<sup>8</sup> com o objetivo de construir coletivamente o Projeto Político Pedagógico. Essa construção vem se desenvolvendo há mais de cinco anos na comunidade e esse esforço desse grupo mostra o desejo de construir um sonho para legitimar e legalizar a escola CoMKola Kilombola EpéLayiè da Comunidade.

A CoMKola surge da necessidade de uma educação biocêntrica, intercultural, baseada na diversidade, na cooperação e nos direitos humanos, que contemple a história e a tradição dos povos africanos que compõem a população brasileira porque apesar de previsto na legislação – Lei 10639/03, as escolas públicas raramente incluem em seu currículo disciplinas de história e cultura africana e afro-brasileira. A ideia é que os mais novos possam ser alfabetizados já na escola

---

<sup>6</sup> *Epé Layièè* uma palavra de origem africana que quer dizer terra viva

<sup>7</sup> *O-made* é o termo africano que designa as crianças da Comunidade.

<sup>8</sup> *Ipádè* é a palavra que designa os encontros na Comunidade

kilombola e ter acesso a uma educação que valorize sua história e cultura. (OKARAN, 2020, p.53).

Em torno do projeto da CoMKola, a CoMPaz desenvolve os seguintes projetos:

- Omorodê Ponto de Cultura da Infância tem como eixo a etnoludicidade e o brincar em comunidade, recuperando a harmonia e a integração entre anciões e crianças. No ponto de cultura temos três ações principais: a Colônia de férias, a Cadeira de Leitura e o Brincando CoMPaz . A Colônia é um evento voltado para a infância e a juventude, onde a comunidade disponibiliza vivências e oficinas para a que tenham uma experiência prática do jeito de ser e viver dentro de uma comunidade Kilombola; a Cadeira de Leitura é um evento para desenvolver o gosto das crianças e jovens pela leitura e pela contação de história; e, por fim, o Brincando CoMPaz é um momento que trazemos as brincadeiras tradicionais Kilombolas para as escolas.
- Ipadê da Juventude, projeto voltado às atividades culturais e educacionais com os jovens do kilombo e seu entorno. O Ipadê da Juventude é dedicado aos adolescentes para fomentar diálogos e vivências que conectem os saberes tradicionais às linguagens tecnológicas e contemporâneas dos jovens. Das ações que visam a sustentabilidade do território, destacamos:  
Das vivências ritualísticas que ocorrem na CoMPaz destacamos:
  - Labirinto dos 7 caminhos, voltado ao autoconhecimento;
  - Terreiro de Chão Batido, celebração da força ancestral dos povos originários;
  - Okan Ilu, voltada a celebração da divindade Ayan, que rege o som e a musicalidade;
  - Vivência Kilombola, onde ocorre a partilha de saberes e fazeres com escolas das regiões metropolitanas.

Esses projetos têm como fio condutor a *Pedagogia do Encantamento*. Esse nome refere-se ao modo como os adultos se educam e educam as crianças e os jovens no território, aos princípios pedagógicos que regem as práticas educativas e ao modo como organizam as estratégias de sustentabilidade da CoMPaz .

Essas categorias que emergem da experiência vivida ainda estão sendo elaboradas e serão o fio condutor desta pesquisa a fim de refletir sobre as vivências no Território. O conjunto das atividades desenvolvidas pela CoMPaz sugere que várias

tecnologias e experiências sociais são desenvolvidas dentro da comunidade e suas narrativas são importantes fontes de pesquisa (OKARAN, 2020).

Um dos aspectos fundamentais do kilombo eram as vivências – entendidas como experiências coletivas que atestam o estar no mundo e a forma como se educam e educam as crianças e jovens na CoMPaz . As vivências na perspectiva da CoMPaz são experiências coletivas que transcendem a realidade exclusivamente material, pois há um componente espiritual que permeia tudo o que acontece (rituais, oficinas, alimentação coletiva, preces práticas) (OKARAN, 2020, p.42)

A CoMPaz acredita que um espaço educativo não se restringe à sala de aula, mas que todo o espaço da Comunidade educa e ela utiliza todo o território para suas práticas educacionais. Nesse sentido, ela se aproxima daquilo que defende a Educação do Campo, pois nela se acredita que a escola é mais do que a escola e envolve toda a comunidade e todos os espaços são formativos (CALDART, 2004).

Na Cartografia da CoMPaz (OKARAN, 2020, p.52) observamos que uma característica importante dos adultos que ali vivem é seu alto grau de escolarização a grande maioria têm graduação e pós-graduação e continuam estudando e a valorização da educação, não como um mero instrumento de ascensão social ou para se encaixar nos valores defendidos pelo capitalismo e globalização hegemônica, mas como uma forma de acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade e direito à memória e história. A educação formal, segundo essa lógica, abre portas que tornam possível o acesso a tecnologias e experiências sociais que podem ajudar na qualidade de vida no kilombo e se contrapor aos ataques de fundamentalistas e à criminalização dos terreiros e kilombos.

Para além dessa educação formal, defendem um projeto de escola intercultural, pautada na diversidade e nos direitos dos homens, mulheres e crianças e para isso batalham por uma educação do campo kilombola, que ofereça alternativas credíveis para permanecerem e fortalecerem a comunidade. Como sabem que o nome tem poder, chamam de Pedagogia do Encantamento as práticas educativas que desenvolvem na CoMPaz (OKARAN, 2020, p.52).

Segundo o OKARAN, (2020, p.53), todos os jovens e as crianças do Território frequentam a escola regular, fora da CoMPaz , têm bom rendimento escolar e os jovens se preparam para o vestibular em universidades públicas. As crianças e jovens que cursam o ensino fundamental têm que caminhar muito para chegar à escola porque não

há transporte público disponível e os jovens que cursam o ensino médio tem que ir até Porto Alegre para poderem cursar a escola pública.

As crianças pequenas – entre dois e quatro anos – que ainda não frequentam a educação infantil participam de atividades educativas no kilombo, antecipando as vivências de desformação na CoMKola, a Escola Comunitária Kilombola Epè Layié – que significa terra viva, gestada desde 2015 e que está em vias de se concretizar: os trâmites burocráticos para sua implementação estão sendo organizados, seu projeto político pedagógico sendo elaborado e o local já viabilizado. (OKARAN, 2020, p.53).

A partir daqui trago elementos para pensar a Educação do Campo Kilombola a partir da minha experiência no Estágio e na CoMKola.

## **5 DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO KILOMBOLA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: O ESTÁGIO NÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO DO CAMPO KILOMBOLA**

Neste capítulo iremos observar os diálogos entre a EdoC e a Educação Quilombola, e iniciar uma proposta de uma Educação do Campo Kilombola e o estágio não-escolar foi fundamental para a criação coletiva dessa proposta.

### **5.1 O Estágio**

No curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciência da Natureza os estágios se realizam em dois espaços educativos distintos: um escolar e outro não escolar. O primeiro já está dito que é escolar e por isso se realiza nas escolas do campo, e o planejamento das atividades contempla, ao menos parcialmente, aquilo que está previsto pelos professores da turma e tem que necessariamente dialogar com a estrutura da escola, seu currículo, professores e alunos. Nesse sentido, o espaço escolar é também um espaço de negociação e de aprendizagem do modo de ser de uma escola.

No espaço não-escolar também se considera aquilo que já vem sendo feito e a dinâmica do lugar, mas ele tende a ser mais flexível porque amplia os espaços de aprendizagem. Na Comunidade Morada da Paz onde foi realizado o estágio não escolar, todos os espaços são considerados educativos porque neles se aprende e se ensina.

Essa dinâmica de diferentes temporalidades e espacialidades são uma característica da Educação do Campo, pois uma de suas mais importantes premissas é a de considerar essas duas questões como estruturantes da sua proposta pedagógica. Caldart (2000) ao afirmar que a escola é mais que escola, amplia os espaços educativos e nele contempla toda a comunidade e sua dinâmica sócio-tempo-espacial.

A Educação do Campo tem papel de criar educadores que buscam uma abordagem que traz “um olhar interdisciplinar sobre a realidade permite que entendamos melhor a relação entre seu todo e as partes que a constituem.” (GOLDMAN, 1979, p.325 apud THIESEN, 2008, p.546). A interdisciplinaridade é fundamental para formulação de temas geradores e transversais que contemplam a realidade da população do campo e trazem uma riqueza de conhecimentos e práticas que podem transformar o sujeito.

No decorrer dos semestres no curso de Educação do Campo - Ciências da Natureza, chegamos à etapa dos estágios, onde colocamos em prática todo o aprendizado que a universidade nos passa. Nos estágios elaboramos dois projetos a serem desenvolvidos simultaneamente, um em um espaço escolar e outro em um espaço não-escolar, tendo a interdisciplinaridade como base para relacionar a biologia, a química e a física.

O tema do projeto foi “água uma visão de vida” e foi proposto pelos professores da escola e aceito pelos educadores do espaço não-escolar e isso nos permitiu ver como um mesmo tema tem que ser abordado de modo diferente nesses dois espaços. A água, na perspectiva da Educação do Campo em diálogo com a Educação Popular, foi entendida como um tema gerador, nos termos de Paulo Freire (1985), pois essa abordagem possibilitou aos alunos refletir sobre a importância deste recurso natural para a vida do homem e da natureza, considerando seus aspectos naturais, ambientais, sociais e econômicos. Para Freire (1985) o tema gerador é o ponto de partida para o processo de construção do conhecimento e, no nosso caso, partiu daquilo que eles já sabiam sobre a água. Os temas geradores são extraídos das práticas de vida dos alunos e substituem os conteúdos tradicionais (TOZONI-REIS, 2006).

Os objetivos do estágio no espaço não-escolar:

- Construir com a comunidade um mapa hidrológico para mostrar os caminhos das águas dentro da CoMPaz e orientar os O-mades a preservar o meio ambiente, principalmente a água. Com isso queríamos

mostrar um outro olhar e promover um diálogo de conscientização do uso da água dentro do território.

- Montar um destilador e relacionar os conteúdos de física, química e biologia na sua montagem (KIEKOW, 2019 p.13).



Figura 8 - Destilador construído junto com a comunidade no estágio no espaço não-escolar (fonte: Arquivo pessoal, 2019)

A partir das observações e da realização do estágio na CoMKola, pude notar que o forma de abordagem tem muita diferença, se compararmos um espaço escolar e o não escolar, pois a comunidade escolar e a comunidade kilombola têm características distintas que pedem metodologia e abordagem diferentes para o espaço.

O espaço escolar, pude ver nas observações da escola onde realizei o estágio, segue princípios tradicionais e convencionais de ensino - disciplinar, com carga horária fixa e, no caso das nossas disciplinas, carga horária reduzidas - onde o professor é ainda o detentor do conhecimento e o aluno está inserido nesse espaço para absorver de alguma forma esse conteúdo e para isso o método em geral é seguir o que o livro didático mostra. Para tentar quebrar essa visão foi fundamental conhecer um pouco das realidades dos estudantes e dos professores.

Tentamos mostrar que o aprendizado se estende para além do livro e que encontra elementos para serem problematizados a nossa volta. Na escola tentamos quebrar a lógica tradicional e trazer os saberes dos alunos para situar a problemática da



água. Os estudantes responderam bem a essa proposta e acreditamos que atingimos os objetivos propostos. A abordagem principal para quebrar a visão dos estudantes e conseguir problematizar a biologia, química e a física a partir daquilo que eles já sabiam sobre a água a partir de estudos e de suas vivências cotidianas foi bem sucedida. Aprendemos que a conversa entre o professor e o aluno foi muito importante, que todos sabem um pouco e dar o espaço de fala para o aluno foi fundamental para o aprendizado em sala de aula.

Em um espaço não-escolar a realidade de aprendizagem e abordagem é outra, pois no kilombo os espaços de fala entre quem ensina e quem aprende já foram construídos, pois são da mesma comunidade, são parentes e tem relações já estabelecidas entre todos. Ali podemos ver que ao deixar os estudantes falar sobre o que sabem e o que não sabem mas querem aprender sobre a água, tudo flui mais facilmente, todos se sentem ouvidos e acolhidos, respeitados, mesmo os mais pequenos tem o que dizer porque eles vivem em estreita relação com a água pois tem um açude, tem as torneiras, a água da chuva, tudo foi tema de conversa e tivemos uma rica experiência no território. Foi essa experiência, junto com as reflexões que fizemos dentro do OKARAN que nos deram pistas de como articular a Edoc e a Educação Kilombola, por meio da Pedagogia do Encantamento desenvolvida na CoMPaz . Abaixo tentarei explicar os principais argumentos, ainda em construção.

## **5.2 Educação Kilombola e a Educação do Campo: a Educação do Campo Kilombola**

A Educação do Campo Kilombola, segundo Labrea e Reis (2020 apud LABREA, 2020), se relaciona entre a Educação do Campo e a Educação quilombola praticada na CoMPaz , e ela se baseia de um lado na leitura de Caldart, (2000) quando ela apresenta a Pedagogia dos Movimentos e na Pedagogia do Encantamento criada na Morada da Paz. A Pedagogia dos movimentos foi chave de leitura para relacionar a EdoC com a Educação Quilombola, se partiu da Pedagogia da Organização Coletiva, a Pedagogia da Cultura e a Pedagogia da História. Aqui retomo seus principais argumentos e os relaciono.

A Pedagogia da Organização Coletiva fala sobre como o Sem Terra se educa ao enraizar em uma coletividade em movimento. Caldart fala do esforço intencional de um

grupo social para se constituir em um sujeito coletivo que tem uma agenda de lutas em comum (Caldart, 2000, p.215).

Dadas as devidas proporções, vimos que os quilombolas também se educam a partir de um profundo enraizamento, de uma imersão no estudo de suas tradições, de sua história, de sua cultura e de uma coletividade que está sempre em movimento, não só entre si, mas com grupos parceiros que podem ajudar a alavancar processos no quilombo. (LABREA; REIS in LABREA, 2020, p.XX)

Para entendermos a Educação do Campo Quilombola temos que lembrar que a Morada da Paz possui uma organização comunitária em uma hierarquia circular, há diferentes grupos que dialogam: as Yás e o Baba, as mais velhas e o mais velho da comunidade, fundadores da comunidade e responsáveis pelas principais decisões; as Egbomis, as irmãs mais velhas da comunidade; as Iaós, as iniciadas mais novas. Há também os Odomodês, os jovens, os Omadês, as crianças (FLORES, 2018, p.16). As decisões são tomadas nos Ipadês, círculo de diálogos, "onde todos, desde os pitocos às Iyás falam e escutam e as entidades protetoras do território indicam caminhos possíveis" (LABREA, DORNELLES, KIEKOW, 2019, p.114).

Essa imersão na hierarquia circular remete à Pedagogia da Cultura que mostra que o Sem Terra se educa ao cultivar um modo de vida produzido pelo Movimento (Caldart, 2000, p.227). No quilombo esse modo de vida se traduz na utopia do Bem Viver: "o território, seu terreiro e as diferentes territorialidades tem suas regras, uma ética e uma estética: produzem cultura, se educam, tem uma economia que garante sua sustentabilidade e simbologia" (LABREA, DORNELLES, KIEKOW, 2019, p. 117).

A Pedagogia da História, a Pedagogia da Organização Coletiva, a Pedagogia da Cultura e a Pedagogia da História falam de como os Sem Terra se educam, preservando sua memória e sua história. Os quilombolas, da mesma forma, tem um cuidadoso trabalho de preservação da memória de seus ancestrais, seja na manutenção da ritualística, seja nas estratégias pedagógicas para a difusão e valorização dos conhecimentos produzidos no quilombo, seja na afirmação de sua identidade. Em nosso entendimento, o quilombo e o terreiro são espaços educativos que relacionam essas três dimensões pedagógicas e se encontram com a Educação Quilombola e a EREER.

Nós vimos no capítulo 4 sobre a Educação Quilombola que desde a sua formulação e implementação se defende a sua articulação à EdoC e à Educação

Indígena "reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade" (BRASIL, 2012b, Art. 1o.,§1o, VI, p.3). As escolas do campo atendem estudantes oriundos de quilombos porque eles fazem parte das populações do campo. Os princípios da educação escolar quilombola dialogam com a EdoC, embora contemple especificidades da história e cultura afro-brasileira, seus saberes e fazeres tradicionais, e a diversidade étnico-racial (BRASIL, 2012b, Art.7o., p.5).

Na minha análise e observações de estágio, percebo, junto com o OKARAN (LABREA, 2020), a *encruzilhada* onde EdoC e Educação Quilombola se encontram e esse encontro passa pela possibilidade da ampliação do espaço escolar, *a escola é mais que escola*, na percepção de que todo o quilombo é um espaço educativo, onde os mais novos e os mais velhos se educam reciprocamente nas diferentes territorialidades do quilombo, pois este local é simultaneamente local de morada, espaço cultural, ponto de cultura, horta e produção de agricultura familiar, terreiro, espaço de preservação ambiental, escola, brinquedoteca e biblioteca (cfe. LABREA; REIS, in LABREA, 2020).

Passa também pelo entendimento de que há diferentes tempos educativos, que na EdoC caracterizam a Pedagogia da Alternância (Caldart, 2000) e que no quilombo se mostram na valorização das diferentes temporalidades como transmissoras de saberes e fazeres que estruturam o quilombo e que pautam a organização curricular a fim de ofertar uma educação básica imersa na (pedagogia) cultura, (pedagogia) história e na (pedagogia) mobilização comunitária (cfe. LABREA; REIS, in LABREA, 2020).

Essa dinâmica de diferentes temporalidades e espacialidades são uma característica da Educação do Campo, pois uma de suas mais importantes premissas é a de considerar essas duas questões como estruturantes da sua proposta pedagógica. Caldart (2000) ao afirmar que a escola é mais que escola, amplia os espaços educativos e nele contempla toda a comunidade e sua dinâmica sócio-tempo-espacial (cfe. LABREA; REIS, in LABREA, 2020).

O encontro da EdoC com a Educação Quilombola gesta uma Educação do Campo Quilombola, no quilombo de Mãe Preta esse encontro permite um enraizamento profundo na história e cultura afro-brasileira, nos vários saberes, fazeres e tecnologias sociais que são produzidos no cotidiano da CoMPaz.

Seus saberes e fazeres dialogam com o senso de continuidade, com a oralidade, respeitam a ancestralidade, todos aprendem com todos, desde os mais novos aos mais velhos, todos têm voz nessa hierarquia circular na qual tudo está conectado com a espiritualidade que compõe aquele *Ilé*, que significa casa em yorùbá. E é no terreiro, onde se conecta esse coletivo à sua história e sua cultura, que a riqueza da identidade kilombola se mostra com mais evidência, pois no terreiro toda a comunidade, desde os mais novos aos mais velhos, vive e se expressa com liberdade e sem preconceitos (cfe. LABREA; REIS, in LABREA, 2020).

A Educação do Campo Kilombola, enraizada na CoMPaz e que trata de seus processos de ensino e aprendizagem surge da necessidade de uma educação biocêntrica, intercultural, baseada na diversidade, na cooperação e nos direitos humanos, que contemple a história e a tradição dos povos africanos que compõem a população brasileira e pode ser entendida como possibilidade de acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade e direito à memória e história. A Educação do Campo Kilombola possibilita o acesso a tecnologias e experiências sociais que podem ajudar na qualidade de vida no kilombo e se contrapor aos ataques de fundamentalistas e à criminalização dos terreiros e kilombos (Labrea, Dornelles, Kiekow, 2019, p.116).

Os kilombolas, com a Pedagogia do Encantamento, defendem um projeto de escola intercultural, humanizada e humanizadora, de cunho emancipatório, construída a partir do diálogo que a comunidade mantém "com a universidade e com o conhecimento formal e as orientações de Mãe Preta, Seu Sete e os Orixás que frequentam o território" (LABREA, DORNELLES, KIEKOW, 2019, p.116).

A Pedagogia do Encantamento é pautada na diversidade e nos direitos dos homens, mulheres e crianças, e para isso batalham por uma *educação do campo kilombola*, que ofereça alternativas credíveis para permanecerem e fortalecerem a comunidade. Os kilombolas se educam para "reafirmar seu modo de ser e viver, ancorado na espiritualidade onde o passado é honrado e valorizado porque contém e perpetua a experiência social dos mais velhos e dos ancestrais a partir das narrativas e vivências" (LABREA, DORNELLES, KIEKOW, 2019, p.116).

## **6 CONCLUSÃO**

Este estudo teve como objetivo descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas no meu Tempo Comunidade e aprofundado no meu estágio não-escolar e, a partir deles,

ver a possibilidade de contribuir com a proposta de uma Educação do Campo Kilombola, voltada para o ensino de Ciências da Natureza.

Para isso, realizamos um estudo de caso que apresentou uma breve introdução sobre os marcos normativos da Educação do Campo e da EduCampo, da educação Escolar Quilombola e da Educação para as Relações Étnicas-Raciais a fim de podermos, no capítulo anterior, a caracterizar o que denominamos de Educação do Campo Kilombola.

Observando as diretrizes da Educação do Campo e da Educação Quilombola vejo que as duas conversam entre si, no Parecer da professora Nilma Lino Gomes, ela deixa isso bem claro quando afirma: *No caso específico da Educação do Campo, a legislação nacional também possibilita uma ampliação da sua compreensão e daqueles que por ela devem ser atendidos, incluindo, dentre esses, os quilombolas* (GOMES in: BRASIL, 2012, p.20-21). As diferenças talvez estejam na especificidade que a cultura e a história afro brasileira trazem para dentro do campo, os vários rurais que se encontram.

A Educação do Campo Kilombola, em meu entendimento, expressa uma realidade que está sendo criada na CoMKola em torno da Pedagogia do Encantamento. Entende-se que na CoMPaz há uma pedagogia que permeia todas as ações do terreiro de chão batido e de todo o território e esta pedagogia está enraizada no currículo, nos fazeres, nos saberes da CoMKola, denominada no kilombo de Pedagogia do Encantamento. Essa pedagogia fala do modo amoroso como o kilombo se organiza para educar os mais velhos e os mais novos por meio deste resgate e da reinvenção das tradições, história e cultura afro-brasileira e articulada aos modos de produzir e de sustentação das atividades desenvolvidas na CoMPaz. Em nosso entendimento essa Pedagogia atesta a possibilidade de uma Educação do Campo Kilombola (cfe. LABREA; REIS, in LABREA, 2020).

Quero destacar que a CoMKola não é somente um espaço determinado dentro da comunidade, mas sim todo o território que ela se encontra. Assim todo o território é um espaço de aprendizado e de ensinamentos e todos os seus moradores são considerados professores e alunos. Tudo caminha junto, não é separado como em escolas tradicionais onde o professor é o detentor do conhecimento e o aluno o sujeito que necessita desse conhecimento.

A CoMKola realiza um trabalho de recuperação da sabedoria ancestral africana e afro-brasileira, que relacionamos com a ideia de Bem Viver que é um “processo

proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza” (ACOSTA, 2016, p.24) e assim dialogam com um saber tradicional, matricial, crítico e autocrítico, contextual que permite gerar "projetos produtivos de caráter autossustentáveis e emancipatórios que buscam transformar e transcender a realidade" (LABREA, DORNELLES, KIEKOW, 2019, p. 117), isso permite passar os saberes da comunidade para os Odomodês e Omadês, assim a tradição, cultura e a sabedoria ancestral não será perdida ou desmistificada em uma escola tradicional.

O estágio nos permitiu diversas e diferentes aprendizagens. Quero deixar registrado duas: o mesmo tema em espaços educativos distintos e com distintas temporalidades precisam de uma abordagem diferenciada, considerando as especificidades de cada espaço. O professor - ou aluno na função de professor - não pode ser apenas uma pessoa que pilota um livro didático ou que dissemina informações, mas ele mesmo, para planejar a sua aula, se transforma em um professor-pesquisador, um professor que se prepara para dialogar com esses espaços, que possuem diferentes temporalidades e tem que estar aberto para aprender com o kilombo e com a escola. Com isso, transforma a aula em uma experiência mais rica e produtiva, pautada pelo respeito e pela diversidade.

Na CoMKola se parte das vivências, saberes e cultura e todas as atividades são realizadas através de práticas e nessas práticas refletimos sobre a Ciências da Natureza e seu papel fundamental no entendimento da vida.

Aprendi no estágio não escolar um modo de trabalhar as Ciências da Natureza em uma escola kilomba. A temática de estágio era sobre os usos da água onde demonstramos conhecimentos que se encontram nos livros didáticos e tive que buscar dentro do kilombo o contra-ponto, ao contemplar a visão da comunidade sobre o tema. Assim, se formos falar da água no kilombo precisamos trazer o conceito da água na visão científica e ao mesmo tempo na visão kilombola, mas não como uma forma de desculturalizar e desmistificar, mas sim abordar de forma que os dois mundos - o do kilombo e o da escola - podem falar a mesma língua.

Tive que abrir a mente, sair da forma e ampliar a forma de ver o mundo, pois os dois mundos não estão separados, mas sim juntos, a hierarquia dos saberes em disciplinas é quem separa o que na verdade está junto. A água é um elemento da natureza, é essencial para a sobrevivência de todas as plantas e animais na terra, ela tem um ciclo e pode ser usada de diferentes formas na indústria e nas casa e isso é

importante saber. Mas a água também é a morada de Iemanjá a orixá das águas salgadas, Oxum reina na água doce e gosta de cachoeira. A água no Muzunguê depois de um orin vira remédio e ajuda curar o corpo físico e espiritual. Mas muita água mata a planta. Se a água tem sujeiras vira veneno.

A água significa portanto várias coisas e essas coisas estão ligadas. Mas na Morada elas estão juntas e ai vem as histórias e as memórias e nosso encontro ficou muito melhor porque cada um trouxe um pouco daquilo que foi compartilhado. Ninguém sabe tudo, mas juntos aprendemos mais coisas. O papel da Ciência nesse encontro foi auxiliar a entender alguns detalhes que o estudo sistemático revela e o da sabedoria kilombola preencher outros detalhes, não vistos pela ciência, mas também fundamentais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.W. Os quilombos e as novas etnias In: LEITO (org.) **Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília: Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo. 1999.
- ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Organizadores). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BENJAMIM, César; CALDART, Roseli Salete. **Projeto Popular e Escolas do Campo**. Vol. 3. Brasília: Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo. 1999.
- BORGES, Gilze Belém Chaves; ALVES, Juliana Alvarenga. **APOSTILA DE QUÍMICA: PRÓ-TÉCNICO**. Varginha: Centro Federal De Educação Tecnológica de Minas Gerais unidade Varginha departamento de Formação Geral, 2017. 54 p. Disponível em: <http://www.varginha.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/11/2016/11/Apostila-Qu%C3%ADmica.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- BRASIL ESCOLA. **Biologia**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biologia>. Acesso em: 03/11/2020/
- Brasil. (2012a) **Marcos normativos da Educação do Campo**. Brasília, MEC/SECADI.

Brasil. (2012b) **Resolução no 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Brasília, MEC/CNE.

BRASIL. **Decreto no. 4887, de 20 de novembro de 2003.** Diário Oficial, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Guia de políticas públicas para Comunidades Quilombolas – Programa Brasil Quilombola.** Brasília: SEPPPIR, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: Resolução CNE/CEB, n. 1, de 3 de abril de 2002.** Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>> Acesso em: 05 de novembro 2020.

BRASIL. *Quem são os povos e comunidades tradicionais do Brasil?* In: **Desenvolvimento Rural: povos e comunidades tradicionais.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/perguntasfrequentes?catid=16>, acesso em 15/01/2017.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salette. **Intencionalidades na formação de educadores do campo.** Cadernos do ITERRA, Ano VII, n. 11. Veranópolis, RS, 2007.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola e mais do que escola.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salette; DOLL, Johannes; PALUDO, Conceição. (Org.) **Como se formam os Sujeitos do Campo? Idosos, Adultos, Jovens, Crianças e Educadores.** Brasília: PRONER: NEAD, 2006.

CAMARA DE TRIUNFO. **Sobre a cidade:** <http://www.camaratriunfo.rs.gov.br/?pg=index&lc=institucional&int=cidade>, acesso em 15/01/2019.

CARVALHO, M.C.P; TURATTI, M.C.M.; SCHMITT, A. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas in: **Ambiente e Sociedade,** Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

Chalmers, A. F. **O Que é Ciência Afinal?** Trad. Fiker. R. São Paulo :Ed. Brasiliense, 1993.

Coletivo de pesquisadoras e pesquisadores quilombolas OKARAN (org.). **Um jeito de ser e viver no kilombo de Mãe Preta.** São Leopoldo, Editora Casa Leiria, 2020.

DA SILVA THIESEN, Juarez. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p. 545, 2008

DICIO, DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Química.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/quimica>. Acesso em: 03/11/2020/

Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.



- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra. Minas Gerais:** Editora UFJF, 2010.
- FANON. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões.** Estudo & Debate, v. 18, n. 2, p. 7-22, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134684>. Acesso em 11/11/2020
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- KIEKOW, Pedro E. **Diário de campo.** UFRGS, 2019.
- KIEKOW, Pedro E. **EpéLayiè (Terra Viva).** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre, 2017.
- KOLLING, E. J; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salet. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** Vol. 4. Brasília: Articulação Nacional por Uma Educação do Campo. 2002.
- KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna, (Orgs.) **Por Uma Educação Básica do Campo.** Vol. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.
- LABREA, Valéria Viana et al. **Pedagogia do encantamento e economia do afeto: cartografia subjetiva em território feminino kilombola.** Porto Alegre, Faced/UFRGS, 2017 (Projeto de Pesquisa OKARAN)
- LABREA, Valéria Viana. **Cartografias de memória social, tecnologias sociais e produção de conhecimento contextual na Educação do Campo. Projeto de Pesquisa e Extensão Universitária.** Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2015.
- LABREA, Valéria Viana; KIEKOW, Pedro Eduardo; DORNELLES, Denise Freitas. **Cartografia subjetiva em território feminino kilombola: em busca da utopia do bem viver in: Cadernos do Lepaarq,** v. XVI, n.31., p. 107-120, Jan-Jun. 2019.
- LABREA, Valéria Viana; KIEKOW, Pedro Eduardo; DORNELLES, Denise Freitas. **CARTOGRAFIAS DA EDUCAMPO: alternância, trabalho e estratégias para conter a evasão in: RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade,** Vol. III, no 04, p. 151-170, jan.-jun./2018 – ISSN 2526-2319.
- MOREIRA, Diego de Souza. **A presença da Física no dia a dia,** APOGEU, 21 jun. 2017. Disponível em: <http://www.colegioapogeu.com.br/noticias/a-presenca-da-fisica-no-dia-a-dia>. Acesso em: 11/11/2020.

- PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo:
- ROCHA, R. M. C. **História da África na Educação Básica**. 1. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. 144p.
- ROCHA, R. M. C. **Pedagogia da Diferença - A tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira**. 1. ed. BELO HORIZONTE: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2009. 96p
- SIGNIFICADOS. **Significado de Pesquisa de Campo**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pesquisa-de-campo/>>. Acesso em: outubro de 2018.
- UFRGS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação Licenciatura em Educação do Campo**. Porto Alegre: Programa Especial de Graduação, Faculdade de Educação, 2013.
- VENDRAMINI, Célia Regina; AUED, Bernardete Wrublewski. **Educação do Campo: desafios teóricos e práticos**. Florianópolis: Editora Insular. 2009
- YASHODHAN; KIEKOW, Pedro E. **Inventário em Comunidade Kilombola Morada da Paz Território de Mãe Preta**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – EDUCAMPO/FACED/UFRGS – Porto Alegre, 2017.
- YIN, ROBERT K. **Estudo de caso planejamento e método**. 5. Ed; São Paulo. Livraria bookman, 2015.

## ANEXO I - GLOSSÁRIO

TERMO/EXPRESSÃO	SIGNIFICADO	PRONÚNCIA
ÌGBÈSÌ-AYÉ ILÈ ÀLÀÁFÌÀ	Jeito de Ser e Viver	IBEXI AIE ILE ALAFIA
ÀJEBÒWÁBÁ. OLÓRUN SÚRE FÚN O!	Futuras Gerações. Deus dê Bênçãos para vocês!	AGEBOUA.OLORUN SURE FUNO
YIALAŞÉ	Mãe responsável pela guiança de seu povo – líder ESPIRITUAL e estratégica que mantém e sustenta a unidade no/do Kilombo.	IALAXÉ
YIAKEKERE	Mãe responsável pela guiança de seu povo – líder	IAQUEQUERE

	ORGANIZACIONAL que mantém e sustenta a gratidão no/do Kilombo e a eficácia das preces práticas.	
YABACE	Mãe responsável pela guiança de seu povo – líder NUTRICIONAL que mantém e sustenta a saúde e segurança alimentar no/do Kilombo.	Como se lê
BAOGAN	Pai responsável pela guiança de seu povo – líder ADMINISTRATIVO que mantém e sustenta a determinação no/do Kilombo e a eficácia das preces práticas.	Como se lê
BABALAWO	Pai que orienta e aconselha sobre a organização ritualística no/do Kilombo.	BABALAUÃO
EGBOMIS	Irmãs(ãos) mais velhos que devem orientar os mais novos no EBOMIS Kilombo em relação a posturas dentro e fora do Kilombo	
EKEDIS	Zeladores/cuidadores dos preceitos espirituais e ritualísticos da Nação Muzunguê dentro e fora do Kilombo e salvaguardar o bem estar da Yalásé.	EQUEDI
OJÚ OBAS	Conselheiros(as) responsáveis por aconselhar a yalásé sobre assuntos que dizem respeito ao Território de Mãe Preta.	OJUOBAS
ALABES	Responsável pelas orações da Nação Muzunguê tocadas em atabaques.	ALABES
GBA OYA NKAN	Responsáveis pela coordenação das dimensões/atividades da Comunidade Kilombola Morada da Paz-Território de Mãe Preta CoMPaz .	GUIBAOYANKAN
YAOS	As filhas/integrantes mais novas do Kilombo-CoMPaz	IAOS
OGANS	Os filhos/integrantes mais novas do Kilombo-CoMPaz	OGANS
ABIANS	Os integrantes do Kilombo-CoMPaz que não possui uma função específica e/ou dimensão sobre sua responsabilidade.	ABIÃNS
IPÁDÈ	Reunião/Encontro	IPADÊ
OMORODÊ	Infância/criança	Como se lê
O-MADÊ	Adolescente	OMADÊ
ODOMODÊ	Jovens	Como se lê
OLÒÓRÈ	Amigo/Cuidador	Oloorê
EKONOMIA	Ekonomia com (K) de zelo e cuidado com o bem viver da Comum Unidade	Como se lê
KILOMBO	Kilombo com (k) grupamento estratégico de salvaguarda da memória de seu povo pelo direito de Ser e Existir em seu	Como se lê

	Jeito de Ser e Viver.	
ADOGÃ	Zelador - fiscalizador	Como se lê
AGBEDEMÉJÌ	O que está no meio de – entre duas coisas	Abedeméjii
OPANIŞÉ THANDANÚÍ	Bastão da história e da memória	Opanixé Tandanuí
ADOSÚ	Cerimonial de iniciação na Nação Muzunguê	Adoxú
MUZUNGUÊ	Filosofia afrobudígena que orienta o jeito de ser e viver do Kilombo-CoMPaz	Como se lê

(OKARAN, 2020, p.181)